

APENDICE I

EDITAL PREGAO ELETRONICO DRF/JUN Nº XX/2023
(Processo Administrativo nº 13032 585403/2023-95)

ESTUDOS TECNICOS PRELIMINARES

Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA ATRIMONIAL

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

A presente análise tem por objetivo fornecer informações necessárias para subsidiar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços **de Vigilância e Segurança Patrimonial**, armada e desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as necessidades da Delegacia da RFB nas cidades de Piracicaba, Jundiaí, Campinas, Sorocaba e Limeira e Agências da RFB nas cidades de Rio Claro, Americana, Bragança Paulista, Itapetininga, Itu, São Roque e Tatuí. Não será prestado serviço de vigilância e segurança patrimonial para a Agência da RFB na cidade de Capivari.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação visa a continuidade dos serviços de vigilância, de forma a garantir a segurança do patrimônio público contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita, bem como de assegurar a integridade física dos servidores, colaboradores em desempenho de suas atividades, e daqueles que eventualmente transitam pelas instalações das unidades da RFB nos municípios elencados no parágrafo anterior.

Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio 2017.

Atualmente os serviços de vigilância patrimonial são prestados por meio dos Contratos PCA nº 05/2018 com vigência até 07/11/2023, DRF JUN nº 05/2021 com vigência até 13/10/2023 e DRF CPS nº 05/2021 com vigência até 31/10/2023.

Em decorrência da fusão de UASG entre as unidades da DRF/JUN (gestora) e DRF/PCA, DRF/SOR, DRF CPS e DRF LIM (administrativas vinculadas), após a Publicação do Novo Regimento Interno da Secretaria Especial da RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e objetivando a economia de escala, as contratações serão conjuntas, considerando as características de cada unidade para o atendimento eficaz da demanda.



Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Serviço de Programação e Logística

Cumprir destacar que as disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, dispõe que a contratação das atividades correspondentes poderão ser objeto de execução indireta. A categoria profissional em questão não integra o rol de cargos da Administração Pública Federal.

3 - AREA REQUISITANTE

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.1. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

4.1.1.1. Descrição Geral - Vigilante - CBO - nº 5173-30 - Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

4.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

4.2.1. Implantar, após o recebimento da Ordem de Serviço, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados no anexo Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido;

4.2.1.1. A prestação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial envolve a alocação, pela CONTRATADA de profissionais devidamente habilitados e portando a respectiva Carteira Nacional de Vigilante, nos termos da Lei nº 7.102 de 20/06/1993, do Decreto nº 89.056 de 24/11/83 e nº 1.592 de 10/08/1995, pela Portaria DPF nº 3.233/2012, de 10 de dezembro de 2012, e suas alterações.

4.2.1.2. A execução do objeto compreende além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

- 4.2.3. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- 4.2.4. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 4.2.4.1. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- 4.2.5. Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;
- 4.2.6. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
- 4.2.7. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
- 4.2.8. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- 4.2.9. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 4.2.10. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne as instalações da contratante;
- 4.2.11. Atender de imediato as solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 4.2.12. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 4.2.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
- 4.2.14. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno 07h/15h e noturno 15h/23h) alternados;
- 4.2.15. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.
- 4.2.16. Não há previsão de deslocamentos ou pernoites em razão da própria natureza do serviço, sendo facultado à Administração contratante alterar o local de prestação dos serviços, desde que com comunicação prévia à Contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias no caso de

alteração de sede de algum dos órgãos abaixo ou dos órgãos que vierem a suceder-lhes, restrita à circunscrição do mesmo município.

4.3. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 20 (vinte) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

4.3.1.1. O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente desta Administração, possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Sendo fundamental para realização das atividades instrumentais ou complementares das atividades finalísticas do Órgão. A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa e na segurança patrimonial, com possibilidade de dano ao interesse público.

4.4. EVENTUAL NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO GRADUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS.

4.4.1. A prestação de serviços em questão não enseja a necessidade da contratada promover transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria das empresas que atuam no ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.5. SOLUÇÕES DE MERCADO

4.5.1. A solução da presente contratação decorre da legislação que regula a matéria e, no caso específico da Receita Federal do Brasil, pela Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020.

4.5.2. Foram observadas as diretrizes estabelecidas no Caderno de Logística expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme determinado no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017.

4.5.3. Nas consultas a contratações similares realizadas por unidades da RFB e outros órgãos, não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da demanda.

4.5.4. As especificações do serviço seguem padrões usualmente praticados pela Administração Pública e permite adequadas condições de concorrência entre diversos licitantes.

4.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.7. CRITERIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.7.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, na presente contratação a empresa a ser contratada deverá observar as boas práticas sustentáveis previstas no Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial do MP, em especial:

- a) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento as normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- c) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) disponibilizar os equipamentos de Proteção individual aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- e) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- f) observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- g) utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- h) eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão;
- i) destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- j) cumprir as normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- k) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.
- l) providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.17.1. Os serviços, também, deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Foi realizada análise das contratações similares de outros órgãos públicos, no exercício 2023, com os mesmos postos e escalas de trabalho, juntamente com cotação no sistema Banco de Preços e também foi obtidos os preços de referência na Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (fls. 63 a 96).

5.2 Não existem novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da demanda, o tipo de solução a contratar é predominante nas contratações da Administração Pública Federal e segue as orientações do Caderno de Logística expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta visa alcançar os resultados pretendidos e atender as necessidades da demanda, mantendo os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço comum de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna.

O modelo adota a unidade de medida de postos de trabalho com escalas específicas, em conformidade ao parágrafo 2º do Anexo VI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto compreende além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos serviços.

6.1.1. Os uniformes e equipamentos a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.1.1.1. A relação de itens será discriminada no Termo de Referência e em Módulo específico da Planilha de Custos e Formação de Presos.

6.2. Escalas e distribuição dos postos:

Postos	Unidade	Quantidade
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	DRF PIRACICABA	2
44 horas semanais, desarmado, diurno,	ARF AMERICANA	1

de segunda a sexta-feira		
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF/RIO CLARO	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	DRF LIMEIRA	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	DRF JUNDIAÍ	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF BRAGANÇA PAULISTA	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	DRF SOROCABA	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF ITAPETININGA	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF ITU	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF SÃO ROQUE	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	ARF TATUÍ	1
44 horas semanais, desarmado, diurno, de segunda a sexta-feira	DRF CAMPINAS	1
12X36, armado, diurno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF PIRACICABA	1
12X36, desarmado, diurno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF JUNDIAÍ	1
12X36, desarmado, diurno, de segunda-feira a domingo	DRF SOROCABA	1
12X36, desarmado, diurno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF CAMPINAS	1
12X36, armado, noturno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF PIRACICABA	1

12X36, armado, noturno, segunda-feira a domingo	DRF JUNDIAÍ	1
12X36, armado, noturno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF SOROCABA	1
12X36, desarmado, noturno, monitor de segunda-feira a domingo	DRF CAMPINAS	1
TOTAL		21

6.2.1. Os serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

- Para os postos de vigilância com carga horária de 44 horas semanais de segunda à sexta, em turnos de 8:48h, compreendo o período das 08:00h às 17:48h, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço, não excedendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, em turnos de 12x36 horas, de segunda-feira a domingo, das 07:00h às 19:00h.
- Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, em turnos de 12x36, de segunda-feira a domingo, das 19:00h às 07:00h.

6.2.1.1. O intervalo intrajornada deverá ser gozado durante o horário de trabalho.

6.2.1.2. É vedada a realização de horas extras.

6.2.1.3. Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alteração a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da **CONTRATANTE**.

6.3. O prazo de vigência do contrato será de 20 (vinte) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses. Os serviços terão início na data constante nas Ordens de Serviço expedidas pela Contratante.

6.4. O regime de execução será o de empreitada por preço global, pois trata-se de execução de serviços por preço certo e total, cuja liquidação de despesa não envolve medição unitária de quantitativos de cada serviço.

6.5. Será adotado o mecanismo de conta vinculada em preterição ao de pagamento pelo Fato Gerador em razão da melhor previsibilidade do fluxo financeiro e segurança para a Administração de que os compromissos trabalhistas serão honrados pelo provisionamento.

6.6. Será exigida **garantia contratual** que assegurará o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização contratual, prejuízos diretos causados à Administração contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução



Receita Federal

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Serviço de Programação e Logística

do contrato, bem como obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

6.7. Será utilizado o **Instrumento de Medição de Resultado** - IMR, que tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto a aferir a qualidade dos serviços prestados. A medição da qualidade dos serviços prestados pela contratada será feita por meio do sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.8. A contratação deverá abranger adequadamente e de forma a operacionalizar com eficiência as obrigações da Contratada e Contratante e as respostas aos riscos, quanto as exigências típicas de contratos de vigilância e segurança patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.9. As obrigações da contratante e da contratada, bem como, o modelo de execução e informações adicionais estarão dispostas no Termo de Referência.

CONTRATADO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.10. Será usado o pregão eletrônico no modo de disputa aberto, sendo modalidade de ampla competitividade na fase de lances, que somente se finda quando os valores se estabilizam, podendo, ainda, caso não ocorra a prorrogação automática, ser reiniciada pelo pregoeiro, justificadamente, com o objetivo de obter melhor preço.

A opção pelo modo de disputa aberto visa trazer vantajosidade para a administração, com a possibilidade de disputa mais acirrada, em decorrência das prorrogações automáticas e considerando o mercado competitivo das empresas prestadoras dos serviços licitados.

6.11. Será usado o sistema de registro de preços, vez que a demanda de outros órgãos não participantes poderá ser atendida nos pressupostos do inciso III do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

6.12. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio. O objeto do presente estudo não se configura como de grande vulto nem exige elevado grau de especificidade, por isso não se enquadra nas hipóteses de contratação de consórcio, o que poderia também gerar dificuldade na gestão do contrato.

6.13. Não será permitida a participação **de cooperativas**, em razão da vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União e ao disposto no

art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

6.14. Para comprovação da **qualificação técnico-operacional**, serão requeridos atestados que comprovem 01 (um) ano de experiência na prestação de serviços de vigilância patrimonial e gerenciamento do número de postos equivalentes ao da contratação.

O tempo de experiência que será exigido é compatível com a vigência inicial do contrato, conforme entendimento do TCU em acórdãos recentes. A comprovação da capacidade operacional em postos de trabalho atende ao critério estabelecido na alínea c2, item 10.6, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, e visa aferir se a empresa tem potencial para gerir pessoas e suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços, como forma de garantir que ao menos a primeira vigência contratual seja cumprida integralmente e que a Administração, nesse período, possa avaliar os serviços prestados pela contratada.

6.15. **Não será permitida a subcontratação do objeto, pois** o serviço em tela caracteriza-se pela total responsabilização da empresa Contratada. Por tratar-se de dedicação exclusiva de mão de obra, não é indicada a transferência da obrigação da prestação do serviço.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1 Para o quantitativo de postos, considerou-se as contratações atuais das unidades e a vulnerabilidades das unidades envolvidas.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A fim de definir o preço máximo aceitável da contratação, em conformidade com as Instruções Normativas SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 73, de 5 de agosto de 2020, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Convenção Coletiva do Trabalho Segurança Privada 2021 firmada entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SEVESP, CNPJ nº 53.821.401/0001-79 e, dentre outros, o Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados e Trabalhadores do ramo da Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Santos e Região, CNPJ nº 54.351.127/0001-84, registrada em 06/01/2020 e termo aditivo de 21/12/2022.

A métrica e critérios para composição dos custos da mão de obra, encontram-se detalhadas no Anexo Memória de Cálculo noturno e módulos 3 e 4 da Planilha de Custo e Formação de Presos.

- b) Presos praticados no âmbito da Administração Pública — Fonte: banco de preços e preço de referência boletim de compras do Estado de São Paulo para contratações similares.



Receita Federal

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Serviço de Programação e Logística

- c) Presos de mercado dos uniformes e equipamentos — Fonte: Sites eletrônicos especializados e/ou de domínio amplo.

Os valores coletados estão detalhados no documento preços de uniformes e equipamentos consolidados juntados aos autos com os documentos comprobatórios como anexo do Relatório de Formação do Preço Estimado.

O custo total estimado para atender a contratação pretendida, no período inicial de 20 (vinte) meses é de **R\$ 4.485.326,52 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos), conforme** abaixo discriminado:

Item	Descrição	Local	Valor unitário por empregado	Quantidade postos x empregados x 20 meses
1	Vigilante desarmado 44 horas	Piracicaba	R\$ 7.156,18	40
2	Vigilante desarmado 44 horas	Americana	R\$ 6.854,27	20
3	Vigilante desarmado 44 horas	Rio Claro	R\$ 6.739,91	20
4	Vigilante desarmado 44 horas	Limeira	R\$ 7.025,87	20
5	Vigilante desarmado 44 horas	Jundiaí	R\$ 6.823,32	20
6	Vigilante desarmado 44 horas	Bragança Paulista	R\$ 6.903,27	20
7	Vigilante desarmado 44 horas	Sorocaba	R\$ 7.068,95	20
8	Vigilante desarmado 44 horas	Itapetininga	R\$ 6.748,82	20
9	Vigilante desarmado 44 horas	Itu	R\$ 6.805,08	20
10	Vigilante desarmado 44 horas	São Roque	R\$ 6.979,96	20
11	Vigilante desarmado 44 horas	Tatuí	R\$ 6.939,72	20
12	Vigilante desarmado 44 horas	Campinas	R\$ 7.166,41	20
13	Vigilante 12 x 36 monitor diurno armado	Piracicaba	R\$ 8.095,18	40
14	Vigilante 12 x 36 diurno desarmado	Jundiaí	R\$ 6.883,01	40
15	Vigilante 12 x 36 monitor diurno desarmado	Sorocaba	R\$ 7.623,25	40
16	Vigilante 12 x 36 monitor	Campinas	R\$ 7.679,89	40



	diurno desarmado			
17	Vigilante 12 x 36 monitor noturno armado	Piracicaba	R\$ 9.124,88	40
18	Vigilante 12 x 36 noturno armado	Jundiaí	R\$ 8.343,84	40
19	Vigilante 12 x 36 monitor noturno armado	Sorocaba	R\$ 9.132,05	40
20	Vigilante 12 x 36 monitor noturno desarmado	Campinas	R\$ 8.996,20	40
			TOTAL	R\$ 4.436.490,52

O valor máximo aceito para esta contratação será o valor para 20 meses estimado na planilha de custos para o grupo 1(itens 01a 20), descritos na tabela acima.

O valor de referência não terá caráter sigiloso. A não adoção do orçamento sigiloso decorre, inicialmente, do conhecimento que se tem da ampla concorrência existente no tipo de serviço que se pretende contratar. Historicamente, o que ocorre nos Pregões para contratação desse objeto, considerando-se ainda seu relativo baixo custo, é uma concorrência acirrada entre os participantes e, nesse sentido, a divulgação do preço máximo admitido para a contratação é praticamente irrelevante.

9 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento por item do objeto, o critério de julgamento será o de menor preço global para o grupo, justificando-se, para isso, a agilidade, a economicidade, o ganho de escala e maior eficiência na gestão do contrato. O agrupamento dos itens, se deve à afinidade entre os serviços. Assim, ainda que, em regra, o objeto das licitações deva ser adjudicado por item com o intuito inicial de ampliar o acesso e a competitividade, na contratação em questão não se verifica a viabilidade econômica para tal feito. Isso ocorre porque com o agrupamento desses itens tem-se a possibilidade de obter menores preços finais, pois recai na regra da economia de escala, que nesse caso é necessariamente vantajoso para a Administração.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes .

11 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada à Portaria RFB nº 1.342, de 14 de julho de 2014,



Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Serviço de Programação e Logística

Receita Federal

que trata dos Padroes Nacionais de Despesa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Os "Padroes Nacionais de Despesas" estabelecem parâmetros para o correto dimensionamento dos serviços de terceiros a serem contratados.

A Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020, trata especificamente dos Serviços de Vigilância, estabelecendo as diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	Aprovado pela Portaria RFB nº 5.078. de 29 de dezembro de 2020.
	Produzido em consonância com o Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.
PAC 2023	Prestação de serviço de vigilância e segurança — orgânica — 24 horas diurnas.

12 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, busca-se suprir a necessidade premente de vigilância patrimonial, indispensável à salvaguarda do patrimônio público, das pessoas que transitam nas unidades abrangidas pela contratação e dos documentos que se encontram nas suas instalações, propiciando, assim, a segurança necessária a garantir a continuidade dos serviços prestados por este Órgão no cumprimento de sua missão institucional.

13 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As Unidades envolvidas na contratação mantém e sempre mantiveram sucessivos contratos de vigilância e segurança patrimonial, não haverá necessidade de adequações dos ambientes físicos, posto que tudo se encontra adequado as necessidades dos empregados da futura contratada.

14 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Levando-se em consideração as contratações anteriores no âmbito deste órgão e contratações similares em outros órgãos da Administração Pública Federal, não foram verificados riscos de impactos ambientais relacionados à esta demanda, porém cabe à empresa vencedora do certame licitatório realizar um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

~~O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários~~
Vigilância e Segurança Patrimonial



Receita Federal

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí
Serviço de Programação e Logística

ao cumprimento do objeto e atende adequadamente as demandas de negócio formuladas.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação na forma pretendida.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

16 - RESPONSÁVEIS

Membros da Licitação e Contratos:

Otávio Luís Silveira
DRF Sorocaba

Leonel Duarte Aranha
DRF Piracicaba

Anderson Shigueru Tanaka
DRF Jundiaí

De acordo.

Celson Yoshihisa Kawakami
Chefe do SEPOL DRF Jundiaí

(Documento datado e assinado digitalmente)